



## AMÉRICA LATINA, RESISTÊNCIAS E A INTERFACE COM O SERVIÇO SOCIAL

Latin America, resistances and the interface with social service

**Morena Gomes Marques\***

 <https://orcid.org/0000-0002-9397-5696>

### RESUMO

O objetivo deste texto é proceder uma reflexão teórica às resistências no continente latino-americano e como esta temática perpassa o Serviço Social na sua primária relação com os movimentos sociais. Para tanto, este texto está dividido em dois momentos: primeiro, um “mergulho latino-americano” de modo a entender a natureza das interrupções democráticas contemporâneas, enquanto um fenômeno que expressa rupturas e continuidades com o passado. Realizamos, assim, um paralelo entre as experiências de golpes atuais e aqueles de padrão autocrático-burguês promovidos nos anos 1960-1980. Em um segundo momento, nos dedicamos ao Serviço Social, a memória do Movimento de Reconceituação e a sua intrínseca relação com os movimentos sociais, com destaque aos seus protagonistas e perspectivas apresentadas à formação e prática profissional.

### PALAVRAS-CHAVE

América Latina; Resistências; Memória; Serviço Social; Movimentos Sociais.

### ABSTRACT

The objective of this text is to carry out a theoretical reflection on the memory of resistance in the Latin American continent and how this theme permeates Social Work in its primary relationship with social movements. Therefore, this text is divided into two moments: first, a “Latin American dive” in order to understand the nature of contemporary democratic interruptions, as a phenomenon that expresses ruptures and continuities with the past. We thus carry out a parallel between the experiences of current coups and those of an autocratic-bourgeois pattern promoted in the 1960s-1980s. In a second moment, we dedicate ourselves to Social Work, the memory of the Reconceptualization Movement and its intrinsic relationship with social movements, with emphasis on its protagonists and perspectives presented to training and professional practice.

### KEYWORDS

Latin America; Resisters; Memory; Social Service; Social Movements.

---

\* Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: [morenamarques@yahoo.com.br](mailto:morenamarques@yahoo.com.br)

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n44p43-58



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

## Introdução

Este texto é escrito às vésperas das eleições de 2022 no Brasil e após quatro anos de um governo hostil aos direitos sociais, o pensamento crítico e os movimentos sociais. O resgate histórico do passado e, em particular, do tema ora em questão — a resistência aos regimes empresarial-militares instituídos na segunda metade do século XX na América-Latina e a interface com o Serviço Social — extrai a sua motivação do presente, sobretudo, do incômodo quanto as últimas interrupções democráticas vividas no continente. No Brasil, fatos recentes como o elogio público do chefe de Estado à tortura, os seus algozes elevados ao status de “heróis da nação”, e o revisionismo acerca dos regimes civil-militares, nos conduzem a dedução de que há um “acerto de contas” inacabado com o passado.

Portanto, o objetivo deste texto é realizar uma reflexão materialista e histórica à resistência latino-americana e como esta temática perpassa o Serviço Social na sua primária relação com os movimentos sociais. Para isso, procedemos uma revisão bibliográfica sobre o tema e, no que tange ao Serviço Social, ofertamos um considerável destaque àqueles profissionais que contribuíram política e teoricamente com o citado período, construindo os primeiros esboços de um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo.

O presente artigo encontra-se dividido em duas seções: primeiramente apresentamos uma análise da natureza político-econômica das recentes interrupções democráticas e a sua relação com o passado. Partimos da hipótese da incompatibilidade entre democracia e austeridade fiscal, razão primária para os sucessivos golpes de Estado modernos.

Ao fim dos anos 1980, a transição “gradual e segura” à democracia no Cone Sul promoveu uma recomposição institucional da democracia aliada à vitória eleitoral de programas neoliberais. Logo, a consequência foi uma convivência contraditória entre democracia e dependência econômica e, em igual sentido, a incompatibilidade entre a destituição dos direitos sociais fundamentais e a pauta por justiça e reparação histórica. No que tange à segunda seção do artigo, nos dedicamos à particularidade da profissão e à gênese da sua relação com os movimentos sociais através do Movimento de Reconceituação latino-americano.

## Um mergulho latino-americano

Um povo sem memória é um povo sem futuro<sup>1</sup>

Nestes trópicos a *democracia*, mesmo que em sua liberal (e residual) concepção originária, é sempre um projeto inacabado e/ou interrompido. Muito distinta dos países de capitalismo central, o *modus operandi* latino-americano sofre uma inversão: a exceção é a *democracia* e não a autocracia. Há pouco mais de três décadas desde o fim do último regime

<sup>1</sup> No portão de nº 8 do Estádio Nacional do Chile lê-se a frase “*Un pueblo sin memoria es un pueblo sin futuro*”. Este setor de arquibancadas é palco do Projeto “Estádio-Nacional-Memória Nacional”, para que o Chile nunca se esqueça do horror dos meses em que o Estádio foi convertido em campo de concentração, tortura e execução de presos políticos. Cf. ESTADIO NACIONAL. MEMORIA NACIONAL. **Ex-prisioneiros políticos**. Disponível em: <https://estadionacionalmemorianacional.cl/works/memory/>. Acesso em: 27 set. 2022.

assumidamente autoritário, nos defrontamos com uma conjuntura pouco animadora. As décadas iniciais do século XXI foram marcadas por sucessivas rupturas “constitucionais” com o protagonismo do legislativo e do judiciário dos seus respectivos países, ao que se somaram o apoio das Forças Armadas. Digamos que o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, através de “um grande acordo nacional, com o Supremo, com tudo” não foi um advento originalmente brasileiro. Tratou-se de uma série de golpes contra presidentes democraticamente eleitos — Manuel Zelaya em Honduras (2009); Fernando Lugo no Paraguai (2012); Dilma Rousseff no Brasil (2016); Evo Morales na Bolívia (2019); e as frustradas tentativas estadunidenses de golpes na Venezuela, primeiro contra Hugo Chávez (2002, 2004) e, em seguida contra Nicolás Maduro (2019, 2020). Nestes dois últimos países evidenciou-se desde uma articulação mais orgânica entre nações afinados aos EUA — o chamado “Grupo de Lima”<sup>2</sup> — à ascensão de presidentes interinos autoproclamados: a então senadora Jeanine Áñez, na Bolívia, e o líder da oposição na Venezuela, Juan Guaidó.

Para María Nela Prada, ministra do governo de Evo Morales, “o mundo está condenando a esta reedição do Plano Condor, como foi no período das ditaduras militares, quando houve colaboração entre as forças contrárias à vontade popular para reprimir e conseguir através das balas o que não conseguiram nas urnas” (PRADA apud MELLO, 2021). Contudo, não é tão simples equalizar os últimos acontecimentos a uma pragmática reedição do passado. As contemporâneas interrupções democráticas se distinguem na sua natureza — as novas demandas de acumulação do capital; e no modo — os golpes parlamentares. Das semelhanças com o passado podemos citar inúmeras: a recomposição da extrema-direita em nível local e internacional<sup>3</sup>, com incidência de massas; a retórica “anticomunista”; a criminalização dos movimentos sociais, sindicais e partidos políticos de esquerda.

Porém, não há mais uma Guerra Fria e, nem de longe, uma ameaça da mesma natureza que a antiga URSS. Ao contrário, em maior ou menor intensidade, se institui como lugar-comum dos países centrais à periferia capitalista a fórmula *financeirização da economia + neoliberalismo*. No “museu de grandes novidades” o que se mantém é a reciclagem do imperialismo estadunidense — antes a Doutrina Monroe, depois a Doutrina de Segurança Nacional e hoje a “Defense Planning Guidance” (1994–1999), atualizada recentemente na “National Defence Strategy” por Donald Trump (2017).

Segundo Penido e Stédile (2021, p. 17) trata-se da contínua política de autopreservação dos Estados Unidos como a única potência econômica e militar, onde a ascensão de outra nação ou de um sistema geopolítico de alianças é visto como um obstáculo à sua segurança nacional. Na condição de “guardião do mundo livre”, este país atribui a si o direito de

---

<sup>2</sup> Formado em 2017 sob o pretexto de auxílio humanitário à crise política e social da Venezuela, o “Grupo de Lima” foi composto por 14 países, entre os quais Peru, Brasil, Colômbia, Argentina, México e Canadá.

<sup>3</sup> A ascensão internacional da extrema-direita, com maior fôlego a partir de 2010, conduziu ao poder figuras como Donald Trump nos Estados Unidos, Viktor Orban na Hungria e Andrzej Duda na Polônia. Dos exemplos mais recentes estão as eleições de 2022 na Suécia, com a vitória de um bloco de composição entre direita e extrema-direita e na Itália, com a ascensão de Giorgia Meloni ao cargo de primeira-ministra, então líder do partido “Irmãos da Itália” de referência em Benito Mussolini.

intervir preventivamente contra potenciais inimigos e preservar o que acredita ser um direito inalienável: o acesso aos recursos naturais e às fontes de energia no exterior.

É sobre este último aspecto que se encontra o “nó” da tensão contemporânea entre os Estados Unidos e o Cone-Sul. Vijay Prashad (2018, p. 20) reconhece que o imperialismo continua a estruturar a ordem mundial, mas não como nas experiências coloniais ou neocoloniais. Dentre as principais características do imperialismo atual está uma competição acirrada pelos territórios, a apropriação dos bens comuns da natureza e a interdição a qualquer sistema alternativo de alianças à hegemonia global dos EUA. O fato de inexistir uma intervenção das forças armadas estadunidenses em território latino-americano, como nas experiências recentes do Iraque ou Afeganistão, não suplanta a existência do conflito. E há neste continente um porquê da substituição da agressão bélica por uma abordagem mais sutil.

A dependência econômica e a simbiose das elites locais com a burguesia transnacional são razão suficiente para que a burguesia autóctone latino-americana efetive com suas próprias mãos o “trabalho sujo”. Para Florestan Fernandes (2009, p. 29), a essência desta dominação burguesa possui três características principais: a concentração de renda e poder nos estratos sociais estratégicos para o núcleo hegemônico da dominação externa; a coexistência de estruturas socioeconômicas em diferentes “épocas históricas”, o que implica a permanência de formas de exploração pré ou extracapitalista (“colonialismo interno”); e, como fator indispensável à estabilidade do sistema, a exclusão de uma ampla parcela da população da ordem econômica e política. Para esta classe, cuja espoliação é o objetivo último, primeiro fez-se a feitoria, depois o território militar ocupado, mas nunca uma efetiva democracia. Não é por menos que a concentração de renda e a desigualdade social sejam os elementos unificadores das distintas formações socio-históricas.

Portanto, as décadas de 1980/1990 marcam não o fim dos golpes de Estado nos países latino-americanos, mas uma breve interrupção desta trajetória. O principal motivo para isto repousa no impasse entre o desfecho dos regimes autoritários e a transição inconclusa à democracia. Na maioria absoluta dos casos materializou-se a perspectiva de uma “abertura lenta, gradual e segura”, em detrimento da ruptura com o padrão dependente e oligárquico de dominação burguesa, o qual é a razão primária para a recorrência histórica a soluções autocráticas e “pelo alto”. Assim, a redemocratização é acompanhada pela vitória neoliberal nas urnas e a aplicação à risca da agenda econômica dos organismos multilaterais — a redução do gasto público, as privatizações e a desregulamentação financeira. Mesmo naqueles países onde se sucedeu a condenação de déspotas e torturadores, forçou-se uma coexistência pacífica e contraditória entre a política estatal de “verdade, memória e justiça” e a austeridade fiscal.

Muitos são os fatores que incidiram para a catástrofe social e econômica que se segue. Em primeiro, está o descompasso entre o otimismo latino-americano e a conjuntura internacional. No interstício de tempo em que se esgotavam os regimes militares na América Latina, os países de capitalismo central iniciavam o processo conhecido por “recomposição neoconservadora do capitalismo” (BORÓN, 1994, p. 18). Após a crise econômica de 1975 o novo senso comum burguês reconhece nos “excessos democráticos”

o principal obstáculo ao capital. O “excesso” é justamente o Estado de Bem-Estar Social, cuja forma keynesiana de tipo “ampliada” — caracterizada pela capacidade de integrar, cooptar e prover de políticas proteção social os trabalhadores — encontrava o seu limite. Assim, a proteção social torna-se o “paradigma da ingovernabilidade” e o jogo democrático apenas é possível se reduzido à condição de agente subordinado e facilitador ao movimento de produção/reprodução dos superlucros capitalistas. Não é sem motivos a ascensão de Margaret Thatcher na Inglaterra (1979–1990) e Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981–1989) que, inspirados no laboratório neoliberal de Pinochet, inauguram o padrão neoliberal de regulação do Estado como um modelo universal a todo o globo.

Um segundo aspecto a ser ressaltado é o idealismo ingênuo que embala a transição democrática na América Latina. Parece até mesmo paradoxal que depois da atroz violência dos “anos de chumbo” parte significativa dos atores políticos tenham convergido para uma interpretação entusiasta da realidade. Triunfou na sociedade civil e na produção intelectual da época uma apreensão aclassista de democracia, restringida à esfera exclusivamente política, cujo objetivo principal consiste na restauração das instituições republicanas, do pluripartidarismo e das eleições regulares. Para Borón (1994, p. 12), “a ingenuidade e a inexperiência de nossos dirigentes os levaram a pensar que bastava a redemocratização para que certos problemas estruturais do capitalismo latino-americano se dissolvessem no ar”. Nesta ingênuo tática a política triunfou sobre a economia e os inegáveis avanços políticos e institucionais, como visto em 1988 no Brasil, vieram acompanhados pela eleição de representantes do capital e da piora das condições de vida e trabalho.

Assim chegamos no século XXI — um continente de economia dependente e sem a necessária reparação pelo saque colonial, neocolonial e imperialista. É em reação à miséria imposta pelos governos neoliberais que os anos 2000 inauguram a chamada “onda rosa” (OLIVEIRA, 2020) — a eleição de um plural universo de candidatos antineoliberais ou críticos aos excessos do neoliberalismo com o apoio de massas. Não foram poucas as candidaturas progressistas a dar as boas-vindas no primeiro decênio do século XXI. Das principais estão Chávez na Venezuela (1998), Lula (2002, 2006) no Brasil, Kirchner na Argentina (2003), Vázquez (2004) seguido por Mujica (2010) no Uruguai, Morales na Bolívia (2005), e Correa no Equador (2006). Neste heterogêneo grupo, os programas econômicos variam significativamente no “tom” da sua ousadia, ainda que todos tivessem por primazia um aceno atencioso às camadas sociais mais pauperizadas. Dessa maneira, viu-se de um tudo, do social-liberalismo petista no Brasil à estatização dos recursos naturais na Bolívia.

Mas, “só por ingenuidade poderia se sustentar a tese da irreversibilidade do progresso democrático” (BORÓN, 1994, p. 17). À revelia dos novos entusiastas que panfletavam a entrada numa era “pós-neoliberal” ou a transição a uma democracia popular por meios legais, o imperialismo esboçava outros planos. Frente ao risco dos novos “excessos democráticos” fez-se necessário restabelecer o *lugar* latino-americano: o de democracias periféricas, funcionais a recomposição selvagem do capitalismo e históricas exportadoras de bens primários.

Não vivemos hoje uma reedição do passado. Porém, tão pouco o suplantamos. Ainda que os recentes golpes de Estado soem, para muitos, como “anomalias”, principalmente para aqueles que fizeram do Estado Democrático de Direito uma “profissão de fé”, podemos afirmar que não há nada de anômalo em tais eventos. Infelizmente, o que vislumbramos são as consequências da incompatibilidade entre a recomposição da democracia e a manutenção do subdesenvolvimento.

Mesmo os países que julgaram e puniram os seus algozes pelo rol de atrocidades promovidas nos regimes ditatoriais nas décadas de 1960–1980, mantiveram intactas as bases oligárquicas da dominação burguesa, que são, por essência, autocráticas. Vivemos assim, num crônico “acerto de contas” inacabado. Isto posto, para melhor compreensão do hoje, optamos em abrir um generoso parênteses neste texto para a discussão do passado.

A América Latina é o continente que forjou a ousadia de Simón Bolívar, Emiliano Zapata, Augusto Sandino e Mariátegui. Mas, a luta anticolonial e anti-imperialista de “nuestra América” é, sobretudo, a história da violência sistemática contra o “outro” que procede do bárbaro extermínio da população indígena originária à moderna e violenta repressão, com fins a aniquilar organizações e militantes progressistas e da esquerda anarquista, socialista e comunista. Assim, não é tão difícil compreender a natureza da barbárie que nos assola a partir da segunda metade do século XX e as profundas consequências para a recomposição dos regimes democráticos. As décadas de 1960/70 são marcadas por sucessivos golpes empresarial-militares “anticomunistas” e práticas de terrorismo de Estado protagonizadas pelas Forças Armadas e instrumentalizados pelos Estados Unidos.

Ainda que os governos instituídos pós-1960 contenham em si certa pluralidade — das reformas estruturais de Ovando Candia no Peru ao laboratório neoliberal de Pinochet no Chile — todos compartilham de alguns elementos autoritários comuns: o crescente poderio da instituição militar, a dissolução das instituições representativas, a falência ou a crise aguda dos regimes e partidos políticos tradicionais e a militarização da vida política e social (GOGGIOLA, 2001, p. 11). O álibi ideológico posto na retórica “mundo livre x comunismo” fazia crer ser a democracia um modelo frágil para conter a ameaça do inimigo externo.

Em ordem cronológica, dos principais regimes de exceção estão o governo de Alfredo Stroessner no Uruguai (1954–1989), lembrado pela repressão política aliada ao uso de “esquadrões da morte” e recorrências ao Estado de sítio; o regime militar no Brasil (1964–1985); o governo de Augusto Pinochet no Chile (1973–1988) e a ditadura Argentina de Rafael Videla (1976–1983). Ainda que a repressão fosse uma característica a todos os governos, esta supunha táticas diferenciadas — o encarceramento prolongado no Uruguai; a tortura no Brasil; a tortura e a execução em massa no Chile e a chamada “repressão clandestina” na Argentina via o desaparecimento em massa de opositores.

Diferentemente do genocídio nazista, a repressão teve um caráter mais seletivo, mas não menos horroroso: dos cem mil mortos e cinquenta mil desaparecidos na Guatemala na década de 1980, aos trinta mil (ou mais) desaparecidos na Argentina na segunda metade da década de 1970, o catálogo dos horrores parecia não ter

fim. Algumas perdas foram definitivas: a América Latina nunca voltará a ser a mesma depois da “era das ditaduras”, dos seus quase cem mil desaparecidos e das dezenas de milhares de assassinatos políticos. (COGGIOLA, 2001, p. 9).

Não é uma tarefa agradável à historiografia mensurar o grau de violência entre uma ditadura e outra, sobretudo, quando constatada a intensa colaboração e afinidade entre as mesmas, verificável na troca de informações sobre militantes emigrados; no treinamento e instruções comuns para as técnicas de tortura; no apoio logístico e no auxílio à criação de órgãos de inteligência. Contudo, a violência também pode ser medida pelo quantitativo de vidas ceifadas. No topo de um lamentável “ranking de atrocidades” encontra-se o Chile.

O golpe contra Salvador Allende resultou em 40.175 vítimas, dos quais 3.065 figuram entre mortos e desaparecidos, além do sequestro de centenas de bebês. Frente a isto, no 49º aniversário do golpe de Pinochet, o presidente Gabriel Boric anuncia o “Plano de busca de presos políticos desaparecidos” e, em comunicado ao movimento “Hijos y Madres del Silencio” — organização semelhante às “Abuelas de la Plaza de Mayo” na Argentina<sup>4</sup> — defende a instauração pelo Estado de uma “Comissão Nacional de Verdade, Justiça e Reparação”.

Em suas palavras: “avançar na verdade, na justiça, na reparação de todas as vítimas de violência perpetrada por agentes do Estado é a única e principal garantia de não repetição que podemos oferecer” (BORIC..., 2022). O músico chileno Victor Jara, militante do Partido Comunista e autor de canções de protesto que embalaram o sonho da luta de classes no continente como “El derecho de vivir en Paz” e “Manifiesto”, escreveu dias antes de ser brutalmente assassinado o seu último poema - “Estadio Chile” (1973). O título não se dá por acaso. O Estádio Nacional de Santiago, um dia após o golpe foi convertido em uma espécie de “campo de concentração”, tornando-se palco de aproximadamente 20 mil detenções e 400 assassinatos ao longo de quase dois meses, dentre os quais o de Victor Jara. Pouco antes de ser assassinado, Jara descreve nas primeiras estrofes de seu poema:

[...] Estamos aqui  
 Dez mil mãos que semeiam  
 E dirigem as fábricas  
 quanta humanidade  
 Com fome, frio, pânico, dor  
 Pressão moral, terror e loucura  
 Seis dos nossos foram perdidos  
 no espaço das estrelas  
 Um morto, um espancado como jamais acreditei  
 que poderia se golpear um ser humano  
 Os outros quatro queriam livrar-se de todos os medos  
 Um pulando no vazio  
 Outro batendo a cabeça contra a parede

<sup>4</sup> O movimento de Mães e Avós da Praça de Maio foi criado em 22 de outubro de 1977 por um grupo de mulheres que procuravam por informações de seus filhos e netos desaparecidos. Estes últimos, entregues a famílias de militares vinculados ao regime. Com o processo de redemocratização, o movimento passa a reivindicar do Estado a criação de instrumentos jurídicos e institucionais para a busca e reparação das crianças desaparecidas. Assim, são criados o Banco Nacional de Datos Genéticos (1987), a Comisión Nacional por el Derecho a la Identidad - CONADI (1992) e a Red Nacional por el Derecho a la Identidad (1993).

Porém todos com o olhar fixo da morte  
Que horror causa o rosto do fascismo! [...] (JARA, 1973).

No segundo lugar desse ranking está a “ditadura sangrenta” de 1976 na Argentina. Precede a esta um largo histórico de golpes no país: 1930, 1943, 1955, 1962 e 1966. Entre esses, curtos intervalos de vida democrática, através do argumento de combate à agitação de “grupos comunistas” e à égide de um bloco de composição simpática ao nazifascismo, o grande ciclo de golpes foi inaugurado em 1943 com a deposição do presidente eleito Ramón Castillo pelas mãos do exército.

Todavia, foi com o regime instituído pelo general Rafael Videla em 1976 que a violência autocrática alcança uma gravidade surpreendente. Não foram diversas apenas as vítimas do regime — civis sem qualquer militância, aposentados, militantes das mais distintas vertentes políticas e guerrilheiros —, mas também os métodos de tortura e execução. Estes últimos, de causar inveja à santa inquisição católica: pessoas vivas jogadas às águas do Rio da Prata ou do Oceano Atlântico, grupos de militantes dinamitados, fuzilamentos etc.

Ao todo, estima-se cerca de 30 mil execuções e a promoção de 364 centros clandestinos de detenção e extermínio (SEOANE, 2015). Soma-se a isso a prática de sequestro de crianças nascidas em cativeiro e entregues às famílias de militares ou de civis afinadas ao regime. Ainda que esta prática não fosse exclusiva ao regime de Videla, na Argentina ela adquire um planejamento em escala industrial<sup>5</sup>.

Para Coggiola (2001), os regimes constituídos a partir dos anos 1970 e mesmo a reconfiguração das ditaduras já existentes (a exemplo do Peru e do Brasil) apresentam uma distinção, que não apenas no mais bárbaro grau de brutalidade infligida aos opositores. Esta diferença tem sua razão nas transformações em nível internacional e nacional. No âmbito internacional podemos listar inúmeras: a tensão final da Guerra Fria; o fracasso estadunidense na Guerra do Vietnã; a emergência dos movimentos pacifistas, contraculturais e por direitos civis em solo americano; a expansão da rebelião estudantil francesa do Maio de 68; as guerras de libertação nacional nas colônias africanas e o desmoronamento do imperialismo europeu; o fim dos regimes fascistas em Espanha e Portugal. Este último com a emblemática “Revolução dos Cravos” (1974). Se nos anos 1960 os golpes de Estado na América Latina reivindicavam para si uma natureza “preventiva” em face ao receio da Revolução Cubana (1956), a década seguinte transita para uma ofensiva abertamente contrarrevolucionária.

---

<sup>5</sup> Um dos argumentos para tal prática era a crença de que filhos de militantes carregavam consigo o “gene” da subversão e, portanto, deveriam ser criados por famílias de forte moral cristã. Assim, mais de 400 crianças tornaram-se “desaparecidos com vida”. Para Sanjurjo (2012), a socialização de crianças fora dos valores do “inimigo subversivo” fechava o elo da cadeia desaparecedora. “Por um lado, eliminavam-se as marcas da morte: desaparecia-se com o corpo do inimigo, apagando seus rastros de existência, sua memória, seu local de sepultura e homenagem. Por outro lado, eliminavam-se as marcas da vida, sequestrando os filhos do inimigo, apagando a sua descendência a fim de evitar que o seu legado fosse transmitido para as gerações subsequentes. Desta forma, 'o outro' era banido radicalmente da vida social” (SANJURJO, 2012, p. 429).

Uma das principais características deste novo marco está na ilegalidade das ações do Estado, que assumem um caráter terrorista. No exemplo da Argentina, Chile e posteriormente Peru, serão os próprios militares a reconhecer como uma “*guerra suja*” os seus procedimentos<sup>6</sup>. De influência norte-americana e francesa instituiu-se a ideia de uma guerra “antissubversiva” ou de “contrainsurreição”, onde o agente “subversivo” — elevado ao título de inimigo nº 1 da nação — é despojado de direitos ou humanidade.

A partir da derrota imperialista dos EUA no Vietnã, da França na Indochina e as tensões na Argélia, a ofensiva militar transita para uma práxis clandestina. Segundo o general francês Massu (apud COGGIOLA, 2001, p. 60), nome de referência nas escolas de formação para o exército no continente, a guerra “antissubversiva” resultava do fato de que não se pode lutar contra o avanço do comunismo internacional com os procedimentos clássicos de combate. “É preciso usar métodos e ações clandestinas e contrarrevolucionárias e que esses métodos sejam admitidos pela alma e nossas consciências como necessários e moralmente válidos” (MASSU apud COGGIOLA, 2001, p. 60). Se num primeiro momento o “subversivo” era o militante guerrilheiro urbano ou rural adepto da luta armada, tal estigma passa a abarcar todo e qualquer indivíduo ou literatura que conflite com o regime. É deste modo que a tortura ascende como atividade-fim e o principal método de repressão:

No século III o jurista Ulpiano definira a tortura como "o tormento e o sofrimento do corpo com a finalidade de obter a verdade". Os regimes militares latino-americanos e seus antecedentes em outras partes do mundo ultrapassaram essa definição, pois a tortura foi praticada com tanta sistematicidade e assiduidade (incluindo mutilações atrozes) que, evidentemente, já não possuía outra finalidade que não a própria tortura e a morte subsequente. (COGGIOLA, 2001, p. 59-60)

Como bem afirma Coggiola (2001, p. 60), “*havia lógica nessa loucura*”. E essa racionalidade político-ideológica pôde ser vista na *Operação Condor*, uma aliança repressiva internacional, oficializada em novembro de 1975 em Santiago, capital do Chile, sob a liderança do serviço de inteligência deste país — a DINA<sup>7</sup>. Participaram da sua fundação representantes militares dos serviços de informações da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai e, a partir de 1978, também Peru e Equador. A Operação Condor, nomeada por autores críticos como o “*Mercosul do Terror*” ou a “*Internacional da Morte*”, consistiu numa diplomacia paralela entre os serviços de inteligência das ditaduras latino-americanas com a participação estadunidense, com fins a repressão articulada contra opositores.

Serão três as fases da Operação Condor: (1) a construção de um banco de dados da “subversão” com informações atualizadas sobre militantes e organizações de esquerda atuantes no Cone Sul; (2) a ação articulada entre as forças repressivas dos diferentes países, a exemplo da troca de prisioneiros entre países-membros sem notificação em registros oficiais; e (3) a atuação repressiva fora do continente latino-americano. Neste último aspecto, buscou-se eliminar figuras de prestígio e até mesmo militares exilados que incidissem sobre a opinião pública internacional. Em 1976, na cidade de Washington, o

<sup>6</sup> Cf. Quadrat (2004).

<sup>7</sup> Direção de Inteligência Nacional do Chile.

assassinato do ex-ministro do governo de Allende, Orlando Letelier, por meio de um atentado à bomba ordenado por Pinochet consistiu no marco desta política.

A justificativa para a Operação Condor residiu na reciclagem de uma velha retórica: a defesa da tradição filosófica da região e a luta contra o “comunismo”, mesmo que a esta altura as organizações de esquerda já estivessem esfaceladas e os seus dirigentes assassinados. Todavia, diferente dos argumentos mistificadores apresentados, o real propósito desta operação esteve na criação das condições políticas e econômicas para a estabilidade em longo prazo da dependência capitalista na região. Assim, fez-se necessário o aniquilamento das organizações de esquerda; a atomização do pensamento crítico nas universidades; e o contingenciamento crônico do valor da força de trabalho, relegada a condições paupérrimas de sobrevivência. A classe trabalhadora foi a principal vitimada do longo ciclo de ditaduras, desde a prisão, tortura e desaparecimento da sua vanguarda, à mais intensa concentração de renda e desigualdade. Sob a peste da “subversão” enterrou-se o sonho das reformas sociais estruturais e, junto a elas, de qualquer projeto nacional de autonomização econômica. Em síntese, “o objetivo claro e definido foi destruir o tecido de resistência social, o que seria aproveitado pelas ditaduras e também pelas ‘democracias’ posteriores, para pôr em prática o chamado neoliberalismo” (COGGIOLA, 2001, p. 60).

### **Resistências, Serviço Social e os movimentos sociais na América Latina**

O Serviço Social, como elemento indissociável do processo de produção e reprodução das relações sociais, não poderia passar inócuo às transformações societárias no continente latino-americano entre 1960/1970. A luta por reformas sociais estruturais, o advento da revolução cubana, as guerrilhas urbanas e rurais e a crítica à dependência econômica “sacudiram” os trabalhadores e, dentre eles, os extratos profissionais insatisfeitos em atuar como “bombeiros” sob o efeito da miséria. Não é por menos que a contestação ao tradicional partiu do exterior da profissão, marcada de forma indireta pela efervescência social que caracterizou o período e, de maneira direta, pelos segmentos que padeciam da intervenção imediata dos assistentes sociais. É assim que a relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais se desenha e passa a constituir-se num dos eixos que norteiam a crítica ao conservadorismo e a matriz teórica funcionalista que lhe dá sustentação.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social está vinculado ao circuito sociopolítico da década de 1960 e, a sua origem, ao questionamento do subdesenvolvimento nos países latino-americanos. A Reconceituação emerge como um processo vivo, que reflete as contradições da luta de classes do período histórico, “onde embatem tendências de conciliação e reforma e outras de transformação da ordem vigente, no bojo do processo revolucionário, e ainda com outras que desejam apenas modernizar e minimizar a dominação” (FALEIROS, 1986, p. 51). Dentre as principais características deste movimento, Netto (1995, p. 159) ressalta duas: o caráter heteróclito, expresso numa mescla de tendências heterogêneas e até conflitantes; e o reduzido lapso temporal em que se desenrolou, em irrisórios dez anos. É sobre esta curta experiência, abortada pelos violentos golpes empresarial-militares no continente, que teceremos alguns breves comentários.

Vejamos o primeiro aspecto — as heterogêneas tendências teóricas. A aproximação da profissão ao universo marxista a partir de 1960 significou um salto na busca por uma primeira revisão crítica da profissão, acompanhada por uma perspectiva ideológica de classe<sup>8</sup>. Todavia, esta aproximação também carregou consigo os impasses teóricos, visto em limites acadêmicos, políticos e profissionais. Para Iamamoto (2001, p. 211), o que se vislumbrou foi uma aproximação ao “marxismo sem Marx”. Os condutos teóricos pelos quais se processou tal interlocução não foram orientados pelas fontes clássicas e sim por manuais de divulgação do “marxismo oficial” (o materialismo vulgar soviético), aos quais aliaram-se a leitura de autores simpáticos à militância — como Lênin, Trotsky, Mao e Guevara — e cujas produções foram apropriadas numa ótica instrumental, em função de exigências prático-imediatas.

Outra característica importante é a perspectiva de repúdio à importação de teorias. O desejo de ruptura com o imperialismo norte-americano se refletiu no espaço profissional na valorização da produção autóctone, vista como mais pertinente à realidade histórico-social do continente. Segundo Young (1976), a intervenção dos assistentes sociais era “muito pouco eficaz ao sistema, porque a ação importada não possuía nenhuma validade científica” e, assim, se fazia necessário um “despertar de consciências no Serviço Social”. Este “despertar” pôde ser visto na influência sobre a profissão de nomes como Ander Egg, Herman Kruse, na presença de Paulo Freire e a sua metodologia da Educação Popular e nos ideais renovadores das universidades Católica de Santiago e de Valparaíso do Chile.

A experiência da Escola de Trabalho Social de Valparaíso do Chile é um exemplo bastante curioso e que merece destaque. Nesta, a tentativa de reorientação da profissão se articulou e confundiu com a contribuição que se acreditava possível ao Serviço Social em um processo de transição socialista. Não era por menos. Diferente dos demais países do Cone Sul, a eleição em 1970 de Salvador Allende e a implantação de um governo socialista de Unidade Popular (UP), composto por diferentes organizações da esquerda no país, representou algo único — a “via chilena ao socialismo” — a conquista do socialismo a partir dos meios democráticos institucionais. Segundo Borges (2013, p. 87), os principais pontos do programa político de Allende podem ser resumidos em um tripé: a conquista dos poderes legislativo e executivo; a participação popular; e a estatização dos meios de produção e das áreas econômicas estratégicas. Como caracterizado no programa político da UP de 1969, a implantação de um “Estado Popular” supunha entre os seus meios táticos fundamentais um sistema de participação dos trabalhadores, com forte atuação sindical e sob a direção da Central Única dos Trabalhadores, a qual era liderada pelas duas principais organizações partidárias — o Partido Socialista/PS e o Partido Comunista/PC.

O “sujeito da transformação” chilena era o trabalhador. O fundamental estava em organizá-lo e sindicalizá-lo, para que pudesse ser o agente das políticas de transição promovidas pelo Estado. É sob este desafio — o impulso à participação da classe trabalhadora — que se debruçou o projeto da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Valparaíso (UCV). A crítica à perspectiva tradicional da profissão e, com essa, à

---

<sup>8</sup> Neste período são criadas duas novas organizações do Serviço Social latino-americano, com intuito de incidir criticamente na formação e produção intelectual da área: a “Asociación Latino Americana de Escuelas de Trabajo Social” – ALAETS (1965), e o “Centro Latino-Americano de Trabajo Social” (1974).

prática clientelista e de reprodução da ideologia dominante, esteve alçada numa expectativa real da transformação socialista.

E é importante que se compreenda quem eram os docentes e estudantes que protagonizaram a reconceituação em Valparaíso: adeptos da Unidade Popular, líderes estudantis dos partidos de esquerda e uma reitoria universitária vinculada a ala progressista da Democracia Cristã. A partir de tais protagonistas construiu-se a proposta de um “Serviço Social Revolucionário”, cujo objeto era “a práxis da classe trabalhadora” e o objetivo “a transformação da relação opressor-oprimido”. Por conseguinte, propunha-se que os assistentes sociais atuassem diretamente no apoio ao processo de organização, gestão e mobilização popular, de politização e participação dos trabalhadores. (FALEIROS, 2017, p. 91-97).

Vicente Faleiros, exilado no Chile e docente na Universidade de Valparaíso relata que,

Nesse processo histórico, denominado de transição ao socialismo, minha vida pessoal no Chile confundia-se com a vida política e a participação de estudantes e professores da Universidade Católica de Valparaíso, imiscuindo-se na busca cotidiana pelo fortalecimento das lutas e das organizações populares [...]. Desse modo, essas práticas, como reforma agrária, cordões industriais, implantação de serviços nas fábricas nacionalizadas e mudanças nos serviços de saúde, tornaram-se campos de estágio para vinculação do Serviço Social às lutas populares (FALEIROS, 2017, p. 91).

Em resumo, nos referimos a um projeto profissional de mudança curricular, crítica radical ao funcionalismo e de inspiração marxista (no mais plural aspecto deste marxismo). O “laboratório” para a prática profissional foram as próprias organizações de base — os sindicatos, movimentos urbanos e rurais. Diferente do que é comumente esperado, no Chile de Allende as instituições estatais e as políticas sociais também ocuparam um papel importante no conflito e enfrentamento à burguesia, via o fortalecimento da organização popular e da pauta em prol das reformas estruturais, como o foi na tentativa da Reforma Agrária. L, o Serviço Social constrói a sua proposta de reconceituação em estreita afinidade com o programa socialista da Unidade Popular. Não é por menos a ênfase na Educação Popular e a referência em Paulo Freire, sobretudo, na recém-publicada Pedagogia do Oprimido (1968). Em linhas gerais, almejava-se um perfil profissional novo, de “agentes da transformação”, de modo a incidir na organização e gestão popular.

Tal orientação — a hipoteca da profissão aos rumos do movimento revolucionário — não se reduziu ao Chile, e fez-se preponderante em todo o Movimento de Reconceituação. Em igual sentido, se punha a ideia de serem os movimentos sociais o terreno privilegiado para o desenvolvimento de uma “prática de novo tipo”, livre das amarras institucionais e do lugar imposto ao Serviço Social pelas instituições empregadoras, isto é, o de instrumento da classe dominante para manipulação das classes subalternas.

Segundo Young (1976, p. 87), se apresenta um deslocamento em prol de uma ação profissional comprometida de vitalmente com os interesses do povo e a lutar pelos mesmos; “uma atitude que significa não ir ao povo, mas estar com o povo [...] tudo isto vai além do mero esforço intelectual e passa a ser um esforço de vida para assumir o

sofrimento das classes oprimidas”. Porém, tal orientação pode também ser interpretada como um idealismo de “bons propósitos”, sob o qual diluíram-se as fronteiras entre a profissão e a vida partidária ou entre a natureza política da profissão e a própria militância política individual dos seus agentes.

Dentre as organizações políticas que mais incidiram sobre o corpo profissional no continente, foi a esquerda Católica a de maior presença, seja através dos docentes, do movimento estudantil ou pela convivência no interior do bloco católico. O Serviço Social brasileiro é um exemplo ilustrativo, cujos agentes estiveram organizados nas Comunidades Eclesiais de Base; na Juventude Universitária Católica; na Ação Católica e, como desdobramento destas, na Ação Popular. Em menor medida também houve aqueles vinculados à Ação Libertadora Nacional (ALN); o Movimento de Libertação Popular (Molipo); o Partido Comunista Brasileiro (PCB); o Partido Comunista do Brasil (PC do B); e a Organização de Combate Marxista-Leninista (OCML-POLOP).

É curioso que o contato com a universidade através da graduação em Serviço Social tenha conduzido alguns até mesmo para a luta armada. É o caso da assistente social Rosalina de Santa Cruz, irmã do desaparecido político Fernando Santa Cruz, a qual relata que,

[...] foi na faculdade, na Escola de Serviço Social, que, participando da JUC (Juventude Universitária Católica) e depois da AP (Ação Popular), compreendi que, para mudar o mundo, precisamos mudar as estruturas. [...] Quando aprendi isso, eu aprendi também a necessidade de fazer a revolução. Uma frase que me acompanhou, durante toda a época da luta pela revolução, que tem uma certa ingenuidade, mas está no nosso hino: "ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil". Ela inspirou minha geração, aqueles que optaram pela luta armada e, quando optei pela luta armada, foi lendo Giáp, Mao Tse Tung, os cubanos, e começar a entender que o mundo inteiro, naquele momento, não era eu e nenhum pequeno grupo de brasileiros. (CFESS, 2017, p. 108-109)

Este depoimento é extraído do livro “Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura” (CFESS, 2017), composto por relatos de assistentes sociais sobre repressão, torturas e a luta contra o regime de 1964. Dentre os profissionais entrevistados fazem-se presentes figuras expoentes do Movimento de Reconceituação como Vicente de Paula Faleiros; e também militantes e intelectuais protagonistas da renovação do Serviço Social brasileiro. Porém, há nomes pouco conhecidos, mas cujo sacrifício pessoal e profissional pela construção de uma “pátria livre” sem sombra de dúvidas assentou a possibilidade para a democracia no país e a “virada” crítica desta profissão ao final dos anos 1970.

Do conjunto de relatos desta vanguarda, a maioria na condição de estudante à época, há um “roteiro” comum: prisões arbitrárias, muitas das quais anunciadas por agentes militares em sala de aula; submissão a intenso sofrimento físico e psicológico nas instâncias do DOI-CODI; encarceramento; e prejuízos pessoais profissionais. Neste último aspecto, muitos foram os assistentes sociais impossibilitados de assumir cargos públicos porque encontravam-se detidos ilegalmente, perseguidos ou em clandestinidade. Todavia, o que mais nos chama atenção é a persistência daqueles que, mesmo após a tortura e a reclusão forçada, mantiveram-se politicamente atuantes.

Dentre as principais atividades protagonizadas por estes profissionais após a detenção está a militância nos Comitês de Anistia de Presos Políticos; no movimento feminista; em organizações de defesa dos Direitos Humanos; em ações de Educação Popular no campo e na cidade; na construção dos sindicatos estaduais de assistentes sociais e da ANAS; além da contribuição com as organizações da categoria profissional. Como que por ironia do destino, a “incerteza da vida” pós-tortura jamais se converteu em incerteza política, e as vítimas do regime tornaram-se os seus próprios algozes.

### Considerações finais

No âmbito da formação acadêmica, ao estudar o Movimento de Reconceituação nos apropriamos, fundamentalmente, da crítica ao ecletismo teórico e o voluntarismo que o caracteriza. Trata-se de uma crítica marxiana necessária<sup>9</sup>. Porém, dois aspectos importantes são secundarizados. Primeiro, o fato de que a proposta crítica, porém messiânica de intervenção profissional, talvez fosse o máximo possível por parte de tais agentes e, ainda que sob contradições e erros, não deixou de se traduzir em um avanço.

Pois, os profissionais que protagonizaram este movimento o fizeram sob condições históricas e materiais determinadas, com as quais se defrontaram diretamente e, portanto, limitadas e alheias à sua vontade<sup>10</sup>. O outro elemento é a negligência quanto a história e a memória que permeia este período, traduzida em sacrifícios pessoais, políticos e profissionais. Em particular, no caso brasileiro, ainda é necessário chamar a atenção para o caminho trilhado antes do Congresso da Virada 1979, o qual supõe histórias de resistência, clandestinidade e incomensurável violência cometida contra estudantes e profissionais.

Logo, escrever sobre o Serviço Social e a América Latina nos exige falar sobre memória e justiça. E, como bem define Beatriz Abramides, "a memória, ao ser resgatada, recupera a história de ontem, necessária para compreender a atualidade da luta antiditatorial, anti-imperialista, anticapitalista e socialista. No momento contemporâneo de barbárie do capitalismo, esta recuperação é mais que oportuna" (CFESS, 2017, p. 62).

### Referências

BORGES, Elisa de Campos. O governo de Salvador Allende no Chile: atuação dos trabalhadores e a organização de novas relações de trabalho. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 85–109, ago. 2013.

BORIC anuncia busca por desaparecidos no 49º aniversário do golpe de Pinochet. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 2022. Disponível em:

---

<sup>9</sup> Há, sem dúvidas, uma visão “heróica” e ingênua das possibilidades revolucionárias da prática profissional. Esse idealismo, aliado ao marxismo vulgar, resultou na negação da divisão sociotécnica do trabalho e, neste sentido, conduziu o movimento à negação da prática desenvolvida a partir da mediação das políticas sociais.

<sup>10</sup> Considere-se para isso os limites teóricos para a apropriação da teoria social crítica: a hegemonia do materialismo vulgar soviético no âmbito internacional; a pouca tradução das obras de Marx em português e espanhol e a qualidade questionável das existentes; a subalternidade intelectual e acadêmica às Ciências Sociais e a ausência de programas de pós-graduação consolidados na área de Serviço Social etc.

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/09/boric-anuncia-busca-por-desaparecidos-no-49o-aniversario-do-golpe-de-pinochet.shtml>. Acesso em: 12 set. 2022.

BORON, Atílio A. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CFESS. **Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura**. Depoimentos. CFESS: Brasília, 2017.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

FALEIROS, Vicente de Paula. P. Reconceituação do Serviço Social: processo e movimento da Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaíso. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 87-101, jul./dez. 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. P. **Confrontos Teóricos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina**. São Paulo, Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, 1986.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo, Cortez, 2001.

JARA, V. **Estadio Chile**. Santiago, 1973. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/victor-jara/667848/>. Acesso em: 26 set. 2022.

MELLO, M. Bolívia denuncia que Macri participou do golpe: Argentina pede desculpas. **Brasil de fato**, São Paulo, 09 jul. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/09/bolivia-denuncia-que-macri-participou-de-golpe-argentina-pede-desculpas>. Acesso em: 18 set. 2021.

NETTO, José Paulo. **O Serviço Social e a Tradição Marxista: Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1989.

OLIVEIRA, A. N. C. Neoliberalismo durável: o Consenso de Washington na Onda Rosa Latino-Americana. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 158–192, jan./abr. 2020.

PENIDO, A.; STÉDILE, M. E. **Ninguém regula a América**. Guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina. São Paulo: Expressão popular; Fundação Rosa Luxemburgo: São Paulo, 2021.

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o “Mercosul do Terror”. **Revista Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 28, n. 1, p. 167–182, jun. 2002.

SANJURJO, Liliana Lopes. Sangue, identidade e verdade histórica: crianças desaparecidas e memórias sobre o passado ditatorial na Argentina. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 427–438, jul./dez. 2012.

SEOANE, María. **Argentina**. Enciclopédia Latino-Americana. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/argentin>. Acesso em: 20 set. 2022.

PRASHAD, V. **Nas ruínas do presente**. Documento de Trabalho nº1 do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, jan. 2018. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/nas-ruinas-do-presente/>. Acesso em: 10 set. 2022.

YOUNG, Eliana Moreau. **El Servicio Social em la Perspectiva de los Cambios**. La Reconceptualización del Servicio Social. Humanitas, Buenos Aires, 1976.

*Submetido em: 03/11/2022*

*Revisto em: 21/11/2022*

*Aceito em: 03/11/2022*